

Programa Brasil em Ação

Dois Anos

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Governo Fernando Henrique Cardoso

Brasília - 1998

Sumário

[Apresentação](#)

[Saúde](#)

[Habitação](#)

[Saneamento](#)

[Emprego](#)

[Água](#)

[Turismo](#)

[Agricultura](#)

[Educação](#)

[Comunicações](#)

[Transportes](#)

[Energia](#)

[Empreendimentos já concluídos e com conclusão prevista para 1998](#)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria de Comunicação Social

[SECOM](#)

[Publicações](#)

Programa Brasil em Ação

Dois Anos

APRESENTAÇÃO

Enfrentar os problemas estruturais e sociais do País com ações gerenciadas, em parceria com a iniciativa privada e com garantia efetiva de investimento. Esse é o princípio básico do Programa Brasil em Ação.

Lançado em agosto de 1996, o Brasil em Ação agrupa 42 empreendimentos: 16 na área social e 26 na área de infra-estrutura. Todos com o objetivo de reduzir custos na economia, propiciar o aumento da competitividade do setor produtivo e melhorar a qualidade de vida da população.

Um sistema de gerenciamento foi desenvolvido exclusivamente para o Brasil em Ação. Cada um dos empreendimentos é acompanhado diariamente por um gerente. Assim se percebe e se resolve, antecipadamente, problemas que possam vir a atrapalhar o andamento dos empreendimentos. São conceitos modernos de administração que o Brasil em Ação trouxe para o ambiente do Governo.

O Brasil em Ação dá transparência à ação do Governo Federal, com uma sistemática prestação de contas dos projetos. Esse é um modelo que garante o cumprimento dos cronogramas e assegura a obtenção dos resultados pretendidos.

E assim, de norte a sul, de leste a oeste, as obras do Brasil em Ação vão se completando. Pode-se afirmar que o programa é um sucesso na atração de investimentos, na redução de custos de implantação e na antecipação ou superação das metas estabelecidas. Nos principais empreendimentos de infra-estrutura estima-se que, para cada real investido pelo Programa, outros três reais foram aplicados pela iniciativa privada.

Com o Brasil em Ação, o Governo está estruturando eixos de integração e desenvolvimento, enquanto cria excelentes oportunidades de investimento País afora. Isso significa também mais empregos e renda para os brasileiros em todas as regiões do País. Veja aqui como esses empreendimentos estão dando uma nova face ao Brasil.

**INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA
PROGRAMA SANEAMENTO DE AÇÃO**



SAÚDE

- **Projeto de Reforço à Reorganização do SUS (ReforSUS)**

O ReforSUS busca reforçar a rede de saúde com o financiamento de projetos que visem à recuperação física, tecnológica, gerencial e operacional das unidades de saúde (públicas e filantrópicas) e ampliem o acesso da população brasileira a esses serviços.

Os investimentos estão concentrados nas áreas de urgência e emergência, assim como nas de assistência ao parto e período perinatal, ou seja, onde há os maiores índices de mortes evitáveis.

745 hospitais em todo o Brasil estão recebendo recursos do ReforSUS para readequação física da rede ambulatorial e já foram aprovados 20 projetos de capacitação do Programa de Saúde da Família; 65 da Hemorrede e 23 laboratórios centrais de saúde. Esses projetos aprovados significam investimentos de R\$ 437,3 milhões, dos quais R\$ 357,3 milhões repassados pelo ReforSUS.

O Hospital Universitário do Rio de Janeiro, que tem 600 leitos destinados à internação pelo SUS, utiliza recursos do ReforSUS para sua ampliação e será referência municipal e estadual para gestantes de alto risco materno. O hospital passa a ter capacidade para internar 4 mil gestantes de alto risco por ano e realizar 2.500 partos.

Obra paralisada há mais de 8 anos, o Hospital Estadual de Emergência e Trauma da Paraíba, que já havia consumido mais de R\$ 30 milhões do Governo do Estado da Paraíba, será finalmente concluído em dezembro de 1998, com recursos do ReforSUS, evitando assim o desperdício de recursos públicos já investidos e proporcionando atendimento digno para a população do estado.

A coordenação geral do ReforSUS é do Ministério da Saúde em parceria com os governos estaduais e municipais.

Investimento: R\$ 437,3 milhões do Orçamento Geral da União, parcerias estaduais e recursos externos (BID e BIRD)

- **Programa de Redução da Mortalidade Infantil**

As políticas públicas desenvolvidas no Programa de Redução da Mortalidade Infantil (PRMI) alcançam êxito em todo o País.

Em 1997, a taxa de mortalidade infantil caiu para 36,7 em cada grupo de mil crianças nascidas vivas. No início dos anos 90, o índice chegava a 48 em cada grupo de mil. A redução de cerca de 25% nos óbitos é resultado de uma ação integrada em várias frentes. A primeira é o trabalho de identificação de mães e crianças subnutridas, que passam a receber leite e suplementação de vitaminas. Cerca de 7,7 milhões de pessoas devem ser resgatadas da desnutrição.

Outra frente de ação é o controle e/ou eliminação das doenças infecto-contagiosas pela imunização, beneficiando 3,5 milhões de crianças em todo o País. E, completando a ação integrada para a redução da mortalidade infantil, uma terceira frente determina obras de saneamento básico em vilas, povoados e sedes municipais com população inferior a 20 mil habitantes. Na área urbana, mais de 85 mil famílias já foram atendidas com água e cerca de 25 mil famílias com esgotamento sanitário. Na área rural, cerca de 110 mil famílias já foram atendidas por sistemas simplificados de saneamento.

Dentro do PRMI, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde tem se destacado no atendimento às populações carentes. Já foram beneficiadas mais de 3 milhões de famílias em 662 municípios.

Participam do empreendimento o Ministério da Saúde, que tem a responsabilidade do Programa em parceria com as secretarias estaduais e municipais de saúde, o Programa Comunidade Solidária e as organizações não-governamentais ligadas às crianças.

Investimento: R\$ 1,9 bilhão do Orçamento Geral da União.

Programa Brasil em Ação

Dois Anos

HABITAÇÃO

- **Pró-Moradia**

Melhorar as condições de moradia das famílias de baixa renda, com destaque para aquelas que moram em favelas, lixões, bolsões de pobreza e em áreas de risco ou de proteção ambiental. Esses são os objetivos principais do Pró-Moradia.

Mais de mil contratos foram assinados, envolvendo mais de R\$ 1 bilhão em recursos. Já foram beneficiadas mais de 44 mil famílias com a conclusão de cerca de 500 obras e a geração de 24 mil empregos.

No Paraná, como exemplo, as obras do Moradias Garaúna, em Pitanga, remanejaram 72 famílias das favelas Santa Izabel e Vila Santa Rosa. O Moradias Papagaios, em Prudentópolis, beneficiou 66 famílias da favela Vila da Luz. Todas participaram diretamente da construção de suas casas, em uma área com infra-estrutura, em parceria com os municípios e a Cooperativa Habitacional do Paraná (Cohapar).

O Pró-Moradia atua urbanizando áreas degradadas, financiando a aquisição e a geração de lotes urbanizados, a aquisição de materiais de construção, a execução de obras de infra-estrutura em conjuntos habitacionais que tenham sido construídos, também, com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a construção de novos conjuntos habitacionais.

Participam do Pró-Moradia o Ministério do Planejamento e Orçamento, a Caixa Econômica Federal, os estados, o Distrito Federal e os municípios, as instâncias colegiadas estaduais - responsáveis pela hierarquização, enquadramento e seleção dos projetos - e os órgãos públicos que atuam no setor habitacional.

Investimento: R\$ 1,652 bilhão com recursos do FGTS e com contrapartidas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

- **Carta de Crédito**

Um ano antes do prazo estabelecido, o Programa Carta de Crédito já havia alcançado a meta de atender 200 mil famílias com financiamento na área habitacional. Portanto, a meta foi ampliada para 350 mil famílias até dezembro de 1998 e o investimento inicial previsto de R\$ 2,9 bilhões elevou-se para R\$ 4,9 bilhões.

A média mensal de operações no Carta de Crédito é de 15 mil. Muito desse sucesso deve-se ao novo modelo de gerenciamento do Programa. O orçamento foi descentralizado, convênios foram firmados, a documentação foi simplificada e, como consequência, as contratações se tornaram mais rápidas.

O Programa já atendeu a mais de 270 mil famílias em 3.580 municípios, em todas as regiões do Brasil, com a geração de mais de 59 mil empregos no segmento da construção civil.

O Carta de Crédito financia a construção e a aquisição de moradias e lotes; a conclusão, ampliação e melhoria de moradias; e, também, a aquisição de material de construção. O financiamento é feito diretamente ao interessado (Individual) ou a grupos de interessados (Associativa).

Na forma Associativa, um exemplo é o Condomínio Vila dos Metalúrgicos, em Jundiaí (SP). São 403 famílias beneficiadas, em nove grupos, dentro de um projeto do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico. Outro exemplo vem do Paraná, da Cohapar, que organizou um grupo em Toledo e contratou a construção de apartamentos e infra-estrutura para 20 famílias, o Condomínio Tropical.

Participam do Carta de Crédito o Ministério do Planejamento e Orçamento, a Caixa Econômica Federal e as pessoas físicas, na forma Individual, além das companhias estaduais de habitação (Cohabs), os sindicatos, as cooperativas, as associações e as entidades privadas, na forma Associativa.

Investimento: R\$ 4,9 bilhões do FGTS e da iniciativa privada.

- **Habitar-Brasil**

Mais de mil obras estão em andamento em todo o País, por conta do Programa Habitar-Brasil. Cerca de 800 já foram concluídas, beneficiando mais de 100 mil famílias e possibilitando a geração de cerca de 33 mil empregos.

São obras de urbanização de favelas e de áreas destinadas a assentamento de famílias com renda mensal de até 3 salários mínimos que antes moravam em locais de risco ou insalubres.

Um exemplo da ação do Programa Habitar-Brasil é o empreendimento executado no Lixão da Aguazinha, em Olinda (PE), onde 120 famílias foram remanejadas da favela do lixão para casas com água, luz e esgoto sanitário. Em Salvador (BA), 220 famílias da Comunidade Mudança, que viviam em condições precárias, estão instaladas na mesma área em casas com toda a infra-estrutura. Já em Santos (SP), 912 famílias da favela Vila Gilda, típica área degradada ao longo do rio Bugre, foram beneficiadas com casas, obras viárias e de drenagem, saneamento e terraplanagem.

O Habitar-Brasil desenvolve ações integradas de habitação, saneamento e de desenvolvimento comunitário. Os benefícios que surgem dessas ações são a melhoria natural da condição de vida da população alcançada, a redução da degradação ambiental de áreas urbanas e rurais, além da geração de emprego e renda.

Por utilizar alternativas mais baratas, direcionando as ações para áreas urbanas de maior densidade habitacional, o Habitar-Brasil conseguiu uma redução de 50% no custo das obras por família. Com isso, mais famílias podem ser beneficiadas com os recursos disponíveis, ampliando a atuação do Programa.

Participam do Habitar-Brasil o Ministério do Planejamento e Orçamento, a Caixa Econômica Federal, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Os municípios incluídos no Programa Comunidade Solidária são dispensados de contrapartida.

Investimento: R\$ 1,084 bilhão do Orçamento Geral da União e de contrapartidas.

[Publicações](#)

[Sumário](#)

[Saneamento](#)

SANEAMENTO

- **Pró-Saneamento**

Mais de mil obras estão contratadas dentro do Pró-Saneamento. A meta do empreendimento foi dobrada, passando para 2 milhões de famílias a serem atendidas até o final de 1998. Isso dá a medida do sucesso que tem sido a atuação desse Programa, voltado para atender famílias com renda de até 12 salários mínimos.

O Pró-Saneamento financia obras de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, ações comunitárias e de educação sanitária. Financia, também, a melhoria da eficiência gerencial e operacional das companhias de saneamento, a drenagem urbana, o tratamento de lixo e estudos e projetos do setor.

No Distrito Federal, 13 mil famílias da cidade de São Sebastião passaram a ter água tratada e esgoto sanitário em suas casas. A parte do esgotamento sanitário foi financiada pelo Pró-Saneamento, que pôs fim à contaminação do lençol freático da região pelas fossas. De outro modo, apoiados pelo Programa, municípios como Belém (PA) e Angra dos Reis (RJ) têm adotado uma nova tecnologia de baixo custo, a do saneamento condominial, técnica que reduz a extensão da rede de esgoto pela localização dos coletores nos fundos dos lotes.

Participam do Pró-Saneamento o Ministério do Planejamento e Orçamento, a Caixa Econômica Federal, as instâncias colegiadas estaduais - que selecionam e hierarquizam os projetos - os estados, o Distrito Federal e os municípios e suas companhias de saneamento.

Investimento: R\$ 3,9 bilhões do FGTS e de contrapartidas estaduais.

- **Programa de Ação Social em Saneamento (PASS)**

O nome desse Programa diz tudo: Programa de Ação Social em Saneamento (PASS). Onde há mais pobreza, principalmente naqueles municípios de economia frágil, com baixa renda média, é que o PASS disponibiliza recursos para obras de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

A previsão inicial de investimento no PASS era de R\$ 939 milhões, que beneficiariam 900 mil famílias. No entanto, o êxito do Programa elevou a meta e estão sendo aplicados R\$ 1,07 bilhão no financiamento de 5.565 obras que beneficiarão, ao seu término, 2,1 milhões de famílias, superando a meta financeira inicial em 14%. Mais de mil obras já foram concluídas, beneficiando 579 mil famílias e cerca de 1.500 outras obras estão em andamento.

A prioridade do Programa é o atendimento aos municípios que integram os Programas Comunidade Solidária e de Redução da Mortalidade Infantil. Um dos benefícios apontados do PASS é a redução de 22,5% nas taxas de mortalidade infantil nas áreas alcançadas pelo Programa. A estimativa é de que o Programa contribua, ainda, com a redução de 35% do déficit urbano de abastecimento de água e de 10% do déficit urbano em esgotamento sanitário.

Exemplo de experiência exitosa realizada com recursos do PASS são as obras do canal de Salgadinho, em Maceió (AL), que beneficiaram 25 mil famílias, reduzindo a poluição e melhorando as condições das praias vizinhas. Também com recursos do PASS, 18 municípios no Estado do Ceará (Altaneira, Alcântara, Aiuaba, Assaré, Ararendá, Barreira, Piquet Carneiro, Cariús, Cruz, Ibicuitinga, Irapuã Pinheiro, Itatira, Poranga, Pires Ferreira, Mulungu, Tarrafas, Salitre e Choró) saíram da condição de abastecimento zero para 100% da população urbana atendida com água tratada.

Participam do PASS o Ministério do Planejamento e Orçamento, a Caixa Econômica Federal, o Programa Comunidade Solidária, a Fundação Nacional de Saúde, os estados, o Distrito Federal, os municípios e as concessionárias dos serviços de saneamento.

Investimento: R\$ 1.071,3 milhões do Orçamento Geral da União, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e de contrapartidas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Programa Brasil em Ação

Dois Anos

EMPREGO

- **Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger)**

Uma revolução silenciosa começa a mudar o perfil econômico de vários municípios brasileiros. Pequenas indústrias, empresas comerciais e de serviços têm impedido a emigração, oferecendo empregos aos moradores dessas cidades, que tinham na agricultura sua única fonte de renda. Os exemplos se multiplicam por todo o País: são padarias, empresas de transporte escolar, lanchonetes, serrarias, pequenas fábricas de produtos de couro e várias outras iniciativas que se beneficiaram de financiamentos do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger).

A principal finalidade do Proger é promover ações que gerem emprego e renda por meio da concessão de crédito para quem tem pouco ou nenhum acesso ao sistema financeiro. Isso em qualquer lugar do Brasil. Assim, pequenas empresas, cooperativas e formas associativas de produção, além de iniciativas de produção próprias da economia informal, conseguem dinheiro para tocar seus projetos. Até mesmo o profissional que acaba sair da faculdade tem no Proger a chance de construir seu espaço no mercado, obtendo financiamento para consultórios, escritórios e oficinas.

O Proger é operado pelo Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Caixa Econômica Federal. Tem execução descentralizada, atuando por intermédio das comissões estaduais e municipais de emprego, formadas por representantes de trabalhadores, empresários e Governo, a quem cabe a definição de prioridades e o acompanhamento dos financiamentos.

Desde o seu início em 1995, o Proger vem mostrando desempenho sempre crescente. Em 1995 foram contratadas cerca de 93 mil operações, no valor de R\$ 612 milhões. Em 1996 este número duplicou e foram realizadas 233 mil operações com recursos de R\$ 1,6 bilhão. No ano de 1997 as contratações atingiram 349 mil, no valor de R\$ 2,2 bilhões.

Investimento: R\$ 2,2 bilhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

- **Proemprego**

Mais de R\$ 5 bilhões já foram investidos em projetos financiados pelo Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade (Proemprego). Com isso, mais de 475 mil postos de trabalho foram criados.

Os financiamentos do Proemprego têm como objetivos principais a manutenção e a expansão de postos de trabalho, a disponibilização de equipamentos urbanos de uso coletivo e a extinção de gargalos de infra-estrutura econômica para obtenção de maior competitividade da indústria nacional.

Os metrô de São Paulo, Rio de Janeiro e do Distrito Federal estão se instalando ou ampliando com recursos canalizados pelo Proemprego. Na área de transportes de cargas, são exemplos os projetos contratados para a rodovia Presidente Dutra, para a Ferronorte e para a ponte Rio-Niterói. Na área de saneamento ambiental, o Proemprego financiou os projetos Cavo, no Estado de São Paulo, e Bacia do Una, no Pará.

A área de turismo também tem recebido recursos pelo Proemprego, como é o caso da Linha Azul, rodovia litorânea em Santa Catarina, ligando Itacurupi a Canavieiras, e de parques temáticos no Rio de Janeiro. Ainda fazem parte desse empreendimento ações para recuperação de segmentos industriais, como o coureiro-calçadista e o têxtil.

O empreendimento é de responsabilidade do Ministério do Planejamento e Orçamento, por meio do BNDES.

Investimento: R\$ 9 bilhões do FAT.

- **Programa de Crédito Produtivo Popular**

O trabalhador de baixa renda ou da economia informal que quer iniciar um negócio próprio encontra no Programa de Crédito Produtivo Popular uma fonte segura de recursos. Com isso, esses microempreendedores criam

condições de sobrevivência, de crescimento e de formalização de seus projetos. São dois os agentes do Programa: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco do Nordeste.

No BNDES, o Programa tem duas linhas: o BNDES Trabalhador, que financia capital de giro e de investimento fixo, por intermédio de fundos estaduais, com a participação dos municípios; e o BNDES Solidário, que apóia organizações não-governamentais que concedam microcréditos.

A organização não-governamental Viva Rio acreditou no Programa e a favela da Rocinha foi a primeira comunidade a se beneficiar com recursos para que seus microempreendedores - doceiras, mecânicos, costureiras - tocassem seus negócios em melhores condições.

No Banco do Nordeste, o Programa foi batizado de Crediamigo e, além do microcrédito, oferece serviços de capacitação gerencial, buscando a inserção competitiva dos microempreendedores no mercado nordestino. Cerca de 15 mil financiamentos já foram concedidos. A previsão é de que 100 mil contratos sejam assinados até dezembro de 1998.

Participam do empreendimento o Ministério do Planejamento e Orçamento, por meio do BNDES, o Banco do Nordeste, os estados, os municípios e as organizações não-governamentais.

Investimento: R\$ 234 milhões do BNDES e R\$ 250,4 milhões do Banco do Nordeste.

- **Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor)**

Metade dos municípios brasileiros já foi alcançada pela ação do Planfor - Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador. O programa tem o objetivo de qualificar e requalificar desempregados com baixa escolaridade ou trabalhadores de setores em forte processo de reestruturação.

O Planfor vem melhorando a vida de comunidades inteiras. O Município de Maxaranguape, no Rio Grande do Norte, é essencialmente pesqueiro e as mulheres dos pescadores não dispunham de muitas perspectivas a não ser recolher algas marinhas para venda *in natura* com pequeno resultado comercial. Com o curso oferecido pelo Planfor, elas aprenderam a beneficiar as algas, transformando-as em produtos de limpeza. Até já patentearam uma fórmula de desinfetante e água sanitária e agora colhem os frutos de uma vida melhor. Hoje chegam a produzir por dia cerca de mil barras de sabão e 700 vasilhames de 500 ml de detergente líquido.

O Programa já capacitou, desde o seu lançamento, em 1995, 3,2 milhões de pessoas. Só em 1997 foram 2 milhões de treinandos, superando em 33% a meta inicial para o ano. Desses 2 milhões, 900 mil são cidadãos que nunca tinham sido atendidos pelo Governo. Jovens em situação de risco, idosos, portadores de deficiência, detentos, índios, artesãos, pescadores e todas as pessoas dos segmentos sociais mais desprotegidos, estão matriculados ou acabaram de concluir cursos profissionalizantes patrocinados pelo Planfor.

Participam do empreendimento o Ministério do Trabalho, as secretarias estaduais de trabalho, as comissões estaduais e municipais de emprego, a rede de educação profissional do País, as universidades públicas e privadas, o sistema S (Sesi, Senai, Sesc, Sebrae, Senar), os sindicatos de trabalhadores, as escolas de fundações de empresas e as organizações não-governamentais e de ensino profissional livre.

Investimento: R\$ 580 milhões do FAT.

[Publicações](#)

[Sumário](#)

[Água](#)

ÁGUA

- Proágua

Novo Modelo de Irrigação

A irrigação voltou a ser prioridade para o Governo Federal, a partir de 1995, com um novo enfoque: o do desenvolvimento auto-sustentado. Com a criação do Programa Brasil em Ação, em agosto de 1996, a irrigação passa a ter esse novo tratamento, especialmente no semi-árido nordestino, dentro do empreendimento intitulado Novo Modelo de Irrigação.

Esse novo modelo procura promover e consolidar o desenvolvimento sustentável de áreas irrigadas e irrigáveis, induzindo investimentos privados, gerando emprego e renda, incrementando exportações e o atendimento estratégico do mercado interno. O Programa incentiva a procura de alternativas que tenham boa produtividade econômica no semi-árido, como a produção de frutas que têm competitividade comprovada.

O Projeto Jaíba, em Minas Gerais, é um bom exemplo. Localizado no Município de Manga, foi impulsionado pela ação do Novo Modelo de Irrigação e a primeira etapa do projeto foi inaugurada em setembro de 1997, com 9.600 hectares, beneficiando 96 mil pessoas. Na Bahia, um projeto na cidade de Barreiras vai irrigar 8.752 hectares, beneficiando 47 mil pessoas. No Ceará, em Acaraú, o projeto local vai alcançar uma área de 8.439 hectares, beneficiando 17,7 mil pessoas. São apenas alguns exemplos de projetos financiados pelo projeto do Novo Modelo de Irrigação.

O Novo Modelo de Irrigação, entre outros objetivos, oferece crédito para investimento e custeio e se preocupa com o uso racional do solo e da água. E está, também, concluindo as obras herdadas inacabadas e reestruturando os projetos do Governo no setor, com o objetivo de libertá-los da tutela pública.

O empreendimento Novo Modelo de Irrigação tem a gestão do Governo Federal, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, e conta com a participação da iniciativa privada.

Investimento: R\$ 2,4 bilhões do Orçamento Geral da União, contrapartida dos estados e municípios, da iniciativa privada e recursos externos.

[Publicações](#)

[Sumário](#)

[Turismo](#)

TURISMO

- **Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur)**

O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur) tem o objetivo de dotar as cidades turísticas da região de melhores condições para receber o turista. As obras que o Prodetur financia procuram promover o crescimento auto-sustentado, atrair investimentos privados e, desta forma, gerar mais empregos e renda para a população local. Já foram criados 54 mil empregos diretos.

Já são 500 projetos em execução em todo o Nordeste. Mais de 100 municípios estão sendo beneficiados. São obras de limpeza urbana, de ampliação e modernização de aeroportos, de esgotamento sanitário e abastecimento de água, de recuperação de estradas, de aparelhamento de portos e de recuperação do patrimônio histórico.

A preservação do centro histórico de São Luís, no Maranhão, está sendo realizada com recursos do Prodetur, que já contabiliza várias obras concluídas, dentre elas: o sistema viário Vale Reginaldo Salgadinho, em Maceió, o abastecimento de água de Porto Seguro, o Parque das Dunas em Natal. Outros exemplos são a ampliação dos aeroportos de Fortaleza, São Luís e Ilhéus; a construção do aeroporto de Lençóis, na chapada Diamantina; as rodovias Costa Sol Poente, no Ceará, e Santa Cruz de Cabrália - Belmonte, na Bahia. Com bons aeroportos e boas rodovias aumenta o fluxo de turistas, e para servir a esses turistas surgem os hotéis, centros de convenções, marinas, condomínios fechados, empresas de turismo e transportes.

Nas áreas contempladas com obras do Prodetur já foram identificados investimentos privados que chegam a R\$ 2 bilhões. Novas cadeias de hotéis já se instalaram no Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte, todas atraídas pelos investimentos feitos pelo Prodetur.

Participam do empreendimento o Banco do Nordeste, que gerencia o Programa, o Ministério do Planejamento e Orçamento, por intermédio do BNDES, a Embratur, a Infraero, além dos governos estaduais da região Nordeste.

Investimento: R\$ 800 milhões do Orçamento Geral da União, do BID e de contrapartidas estaduais.

[Publicações](#)

[Sumário](#)

[Agricultura](#)

AGRICULTURA

- **Reforma Agrária**

O Programa de Reforma Agrária em curso é o maior do gênero realizado até hoje no País. Utilizando terras improdutivas, o Programa vai assentar 280 mil famílias até o final de 1998.

Com o Programa de Reforma Agrária incorporado ao Brasil em Ação, a média mensal de famílias assentadas passa de 600 para mais de 6 mil no Governo atual. Até o final de 1998, terão sido assentadas, em quatro anos, cerca de 100 mil famílias a mais que o total de famílias beneficiadas pela reforma agrária em toda a história do Brasil.

Mas assentar as famílias não é suficiente. Por isso mesmo foram criados programas e ações para dotar os assentamentos de infra-estrutura que promovam a sua sobrevivência, gerando crédito subsidiado para lavouras e construção, de moradias, estradas, armazéns, escolas, postos de saúde, alimentação e criação de cooperativas.

As entidades participantes do Programa de Reforma Agrária são o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, por meio do Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em parceria com vários ministérios.

Investimento: R\$ 7 bilhões do Orçamento Geral da União.

- **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**

O agricultor que trabalha a terra na condição de proprietário, arrendatário, posseiro ou parceiro, utilizando mão-de-obra familiar e até dois empregados permanentes, está se beneficiando do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Esse programa oferece crédito barato e apoio técnico, capacitação e treinamento sobre o uso de tecnologia de produção e gerenciamento. Isso aumenta a capacidade produtiva e melhora a renda desses agricultores.

Descentralizado, o planejamento do empreendimento é feito e aprovado pela comunidade, por intermédio de conselhos municipais. O agricultor aprende a desenvolver seus produtos e a comercializar na sua própria região, o que auxilia o desenvolvimento da economia local, criando mais empregos.

A cidade de Boa Esperança, a 300 km de Vitória, no Espírito Santo, conhece bem o Pronaf. Com recursos do Programa, o município adquiriu um trator esteira, uma retroescavadeira, um conjunto de irrigação para aspersão, dois núcleos completos para inseminação artificial e construiu uma unidade de demonstração de resultados em indústria caseira. Com isso, o município treina os agricultores para aumentar a produção de carne e leite e amenizar os efeitos da seca na região. Outros dois exemplos vêm de Minas Gerais: em Manhauçu e Manhumirim, na Zona da Mata, foram aprovados cerca de 1.370 projetos, no valor de R\$ 11 milhões. Com esse financiamento, os agricultores vão investir em infra-estrutura para o plantio do café e em eletrificação rural.

Na linha de crédito rural já foram assinados mais de 100 mil contratos com agricultores, além de pescadores artesanais autônomos, aqüicultores e extrativistas de seringueira na região amazônica, que também são beneficiários do Programa.

Participam do empreendimento o Ministério do Trabalho, o Ministério da Agricultura e Abastecimento, secretarias estaduais, conselhos municipais, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, a Caixa Econômica Federal e o BNDES.

Investimento: R\$ 3 bilhões do FAT.

Programa Brasil em Ação

Dois Anos

EDUCAÇÃO

- **Valorização do Magistério**

O Programa de Valorização do Magistério foi criado com a preocupação de reorganizar os planos de carreira e salários e garantir remuneração mínima para os professores do ensino fundamental, estimulando o trabalho em sala de aula.

Investindo cerca de R\$ 330,00 por aluno/ano, entre custos de material e salário do professor, o Governo Federal criou o Fundef – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Sessenta por cento do Fundef, que já está implantado desde janeiro de 1998 em todos os estados e no DF, destina-se ao pagamento de professores. Os 40% restantes são empregados na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental.

A distribuição dos recursos do fundo é realizada de acordo com o número de alunos do ensino fundamental matriculados na rede de ensino e com o número de municípios do estado. O repasse de verbas é realizado diretamente para uma conta específica aberta para esse fim pelo estado e pelos municípios.

Com um magistério valorizado, a educação no Brasil tem a atenção especial que merece, pois a garantia de uma remuneração mínima assegura que haverá mais professores em sala de aula, e, principalmente, mais motivados.

O Programa de Valorização do Magistério, que tem sua base no Fundef, é coordenado e executado pelo Ministério da Educação.

Investimento: R\$ 823 milhões do Orçamento Geral da União.

- **Recursos Centralizados na Escola**

Educação digna é prioridade nos países desenvolvidos. Por isso, o Governo Federal desenvolveu o Programa de Recursos Centralizados na Escola, que se destina a melhorar a gestão da escola pública e garantir recursos para a manutenção das necessidades básicas dos estabelecimentos de ensino.

A revolução do Programa é a mudança de cultura na gestão dos recursos públicos direcionados à educação fundamental. É incentivada a participação da comunidade, por meio das associações de pais e mestres, conselhos escolares ou caixas escolares, o que traz transparência a todo o processo. Os diretores e a comunidade têm mais liberdade de ação para resolver os problemas da escola. Passam a saber o que querem e programam o que fazer. Torna a gerência da escola mais participativa e organizada, capacita a equipe escolar e faz a comunidade identificar e analisar os seus problemas, propor soluções e monitorar resultados.

Em 1997, foram firmados mais de 5 mil convênios, com recursos de R\$ 279 milhões, beneficiando quase 110 mil escolas e 27 milhões de alunos. Quarenta e cinco por cento das escolas já são atendidas pelo Programa, que, ao ser incluído no Brasil em Ação, atendia apenas a 9% delas. A meta final do Programa, para dezembro de 1998, é de transferência de verbas para 180 mil escolas.

Participa do empreendimento o Ministério da Educação e do Desporto, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Investimento: R\$ 518 milhões do Orçamento Geral da União.

- **Educação à Distância**

Todas as escolas de ensino fundamental no Brasil, com mais de 100 alunos, já receberam recursos para compra do kit tecnológico básico da TV Escola, composto de antena parabólica, videocassete, receptor de satélite, televisão e fitas de vídeo. As escolas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com exceção do DF, com menos de 100 alunos, recebem um televisor, um videocassete e duas caixas de fitas VHS.

Em operação desde março de 1996 e com cinco horas de programação diária, repetidas quatro vezes ao dia, a TV Escola produz e transmite diversos programas de capacitação, além de vídeos pedagógicos e culturais.

O Programa TV Escola é um sucesso em Berilo (MG), no vale do Jequitinhonha. Muito alunos viram pela primeira vez uma televisão. De dia, a escola é dos filhos, e à noite é dos pais, que estão aprendendo a ler e a escrever. Uma vez por mês discutem com os professores ações vistas na TV Escola. O Programa passou a ter uma papel de integração entre a comunidade e a escola. Como a população é bem pobre, a escola desenvolve um trabalho de fontes alternativas de renda. Os alunos aprendem artesanato e os pais aprendem a fazer rapaduras.

Ao possibilitar uma comunicação mais ágil e dinâmica, a televisão mostra que pode ser utilizada com grande sucesso também para fins didáticos, com o objetivo de enriquecer o currículo e o trabalho em sala de aula. Já são mais de 50 mil escolas atendidas em todo o País, beneficiando mais de 25 milhões de alunos.

Por essas razões é que foi criada a TV Escola, um canal exclusivo de TV destinado à educação, que pretende aperfeiçoar e valorizar os gestores e professores da rede pública, além de beneficiar também os alunos, facilitando o processo de aprendizagem.

O Programa de Educação à Distância é executado pelo Ministério da Educação e do Desporto em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação.

Investimento: R\$ 76,2 milhões do Orçamento Geral da União.

[Publicações](#)

[Sumário](#)

[Comunicações](#)

COMUNICAÇÕES

- **Teleporto**

O Teleporto será um centro de telecomunicações que utiliza tecnologia avançada. Com o Teleporto, a qualidade dos serviços de telecomunicações na cidade do Rio de Janeiro está sendo recuperada, com ênfase para a comunicação de dados entre empresas.

No total, serão 23 prédios inteligentes abrigando empresas do setor de serviços que tenham demanda elevada e sofisticada de telecomunicações com o exterior. Isso dará suporte ao desenvolvimento das atividades econômicas da cidade, da região centro-sul do País e das suas relações com o Mercosul e com o mundo.

Localizado no bairro da Cidade Nova, próximo ao Centro, o Teleporto se constitui em peça importante na recuperação urbanística da cidade do Rio de Janeiro. Estará também interligado ao porto de Sepetiba e ao Parque Tecnológico da Cidade Universitária.

O empreendimento oferece serviços, tais como portas para comunicação de dados, terminais de comunicação telefônica, troncos de trânsito para telefonia e sistemas de alta taxa de transmissão digital.

A primeira fase de implantação do Teleporto já foi concluída, com o primeiro prédio inteligente em operação, que pertence à Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social (Valia). O prédio dispõe de recursos de telecomunicações internos e da rede urbana, que permite a oferta de serviços de voz, dados e imagem de qualidade diferenciada.

Participam do empreendimento a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, a Telerj, a Embratel e outras empresas privadas.

Investimento: R\$ 887,8 milhões da iniciativa privada e da prefeitura do Rio.

- **Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações (Paste)**

O Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações (Paste) tem a preocupação fundamental de modernizar e aumentar a oferta dos serviços de telecomunicações no País.

Na telefonia fixa, com a implantação de fibra ótica e equipamentos de radiofrequência, o objetivo é dar ao sistema maior capacidade de transporte e agilidade no atendimento, com custo menor. Em julho deste ano foi entregue o milionésimo telefone de tarifa reduzida, ao custo de R\$ 50,00 a assinatura.

Na telefonia móvel, o objetivo é ampliar a oferta e melhorar os serviços, buscando a redução das tarifas. A telefonia celular na Banda B cresceu 57,1% em 1997, com acréscimo de 1,6 milhão de novos acessos. Na antiga Banda A foram habilitados 4,4 milhões de aparelhos.

Na telefonia pública, o objetivo é dobrar a quantidade de telefones públicos, nos próximos anos, dando especial atenção à área rural. Só em 1997, foram incorporados 78 mil novos telefones públicos, 19,2% a mais que no ano anterior, totalizando 484 mil aparelhos instalados no País.

Outros serviços, como o de mensagens públicas, de radiochamada, de TV por assinatura e transmissão de dados/textos/imagens, estão recebendo investimentos para ampliação e melhoria de qualidade. Em fevereiro deste ano foi lançado o 4º satélite brasileiro, o que afeta positivamente a transmissão de dados. Até 1999, todo o território nacional será atendido pelo serviço de TV por assinatura. Após a privatização das telecomunicações, as empresas detentoras das concessões terão o compromisso contratual de atender, também, as regiões distantes e pouco viáveis economicamente.

Participam do empreendimento o Ministério das Comunicações, por meio da Telebrás, e a iniciativa privada.

Investimentos: R\$ 17,7 bilhões da Telebrás e da iniciativa privada.

Programa Brasil em Ação

Dois Anos

TRANSPORTES

- **Pavimentação da BR-174**

Com a pavimentação da BR-174, no trecho de Manaus até a fronteira com a Venezuela, os mercados do Caribe e do Atlântico Norte ficam mais próximos da Zona Franca de Manaus, que se torna mais competitiva graças à agilização e barateamento do custo de transporte, contribuindo para a diminuição do preço final dos produtos.

O turismo ganha grande incentivo com a garantia da segurança do acesso permanente a uma região onde o clima, com sua estação de chuvas, é fator de interrupções constantes no fluxo de turistas, bens e serviços. O município de Presidente Figueiredo, a 107 km de Manaus, tem um potencial de ecoturismo impossível de desenvolver antes da pavimentação da rodovia. O tempo de viagem de Manaus até o município poderia levar desde 8 horas a 3 dias, dependendo da estação do ano e da situação da rodovia. Agora, o percurso é feito em uma hora, o que irá permitir a exploração da indústria do turismo com ganhos para o município.

O efeito maior é o barateamento geral do custo de vida da região pela queda nos preços dos fretes e das passagens de ônibus. O trecho Manaus – Boa Vista caiu de R\$ 60,00 para R\$ 40,00, enquanto o frete de carga pesada, no mesmo trecho, passou de uma média de R\$ 1.500,00 em 1994 para R\$ 800,00 em 1997.

Participam do empreendimento a União, por meio do Ministério dos Transportes e do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), os Governos dos Estados do Amazonas e de Roraima.

Investimento: R\$ 168 milhões do Orçamento Geral da União, da Corporación Andina de Fomento (CAF) e de contrapartidas estaduais.

- **Recuperação das BR-364/163**

O transporte de soja nos Estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul será beneficiado com a recuperação das BR-364 e 163.

A melhoria das condições das rodovias reduzirá em até 1.700 km a distância de transporte de produtos da região até os portos de exportação. A produção, que era destinada aos portos da região Sudeste, pode agora seguir pelas duas rodovias até a hidrovia do Madeira, alcançando os portos de Manaus e Belém e de lá outros países do mundo, com a conseqüente redução nos custos de frete.

A recuperação que será concluída em dezembro de 1998 está sendo feita nos trechos que ligam a zona da chapada dos Parecis em Mato Grosso até Rio Branco no Acre, passando pelo porto de Porto Velho em Rondônia.

Participa do empreendimento o Ministério dos Transportes, por meio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

Investimento: R\$ 60 milhões do Orçamento Geral da União.

- **Recuperação Descentralizada de Rodovias**

Um programa que atinge todo o País e que prevê reformulação e adequação da malha rodoviária nacional ao novo Sistema Nacional Viário. Isto inclui, além de programas de restauração de rodovias (14 mil km), a transferência de parte delas para os estados (4 mil km) e a concessão da exploração pelo setor privado (5 mil km).

O Programa prevê também obras complementares de melhoria da segurança, com redução de até 50% no número de acidentes e recuperação ambiental.

O empreendimento proporcionará ao País a redução de até 38% no custo operacional dos veículos, estimada em R\$ 2 bilhões/ano, a diminuição de até 58% no consumo de combustível, com economia de cerca de 1,7 milhão de litros por ano e de R\$ 400 milhões anuais com perda de safras e avarias de mercadorias.

Participa do empreendimento o Ministério dos Transportes, por meio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

Investimento: R\$ 720 milhões do Orçamento Geral da União e do BID.

- **Duplicação da Rodovia Fernão Dias**

Estrada que liga São Paulo a Belo Horizonte, a Fernão Dias é um dos principais eixos rodoviários da região Sudeste, atravessando grandes centros produtores e consumidores do Brasil. É uma rodovia estratégica para o desenvolvimento do País e a sua duplicação dá um passo na direção da redução do "Custo Brasil", quando diminui o tempo de viagem entre as duas cidades e aumenta a segurança. É um estímulo ao desenvolvimento econômico no eixo São Paulo-Belo Horizonte, especialmente na região Metropolitana de Belo Horizonte e nos municípios de Pouso Alegre, Varginha, Três Corações, Poços de Caldas e Lavras, além de ser o elo de complementação do elo de interligação com o bloco do Mercosul.

Quem conhece a estrada velha sabe o valor da duplicação da Fernão Dias. Em 1997 já foi entregue ao tráfego a primeira etapa da obra, que vai de Belo Horizonte até o trevo de Nepomuceno. Toda a região está se beneficiando com o empreendimento. Vários são os casos de indústrias que estão se instalando ao longo do trecho duplicado. Uma fábrica de eletrodomésticos em Varginha, outra de chicotes elétricos para carros na cidade de Campanha que irá atender grandes fábricas de automóveis da região mineira, são exemplos dos benefícios trazidos pela duplicação da rodovia.

Participam do empreendimento o Ministério dos Transportes, por intermédio do DNER, e os Governos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

Investimento: R\$ 1,83 bilhão de recursos provenientes do Orçamento Geral da União, recursos externos e contrapartidas dos Estados de Minas Gerais e São Paulo.

- **Rodovia do Mercosul**

A rodovia do Mercosul (BR-116/101), que atravessa os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Florianópolis, é o principal corredor de transporte da região Sudeste até a fronteira sul do País, em direção a parceiros do Mercosul - Uruguai e Argentina.

O intenso tráfego, principalmente no trecho Curitiba-Florianópolis, tornou prioridade a duplicação da rodovia, o que vai trazer mais segurança para as cidades circunvizinhas, reduzindo o número de acidentes. Amplia o comércio ao reduzir custos de frete. Torna mais rápido o acesso da produção local aos portos do Sul/Sudeste como Santos, Paranaguá, Itajaí, São Francisco e Rio Grande.

No eixo por onde passa a estrada, os pólos industriais estão sendo revitalizados e novas empresas são atraídas a se instalar e investir. Com significativo ganho de tempo de viagem para passageiros e cargas, aumenta a regularidade e confiabilidade dos serviços que utilizam a rodovia.

Participa do empreendimento o Ministério dos Transportes, por meio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

Investimento: R\$ 1,5 bilhão, oriundos do Orçamento Geral da União, contrapartidas estaduais e recursos externos – BID e Eximbank do Japão.

- **Ferronorte**

Com a inauguração em junho de 1998, da ponte rodoferroviária sobre o rio Paraná, que liga as cidades de Rubinéia (SP) e Aparecida do Taboado (MS), foram completados os primeiros 110 km da Ferronorte. A ferrovia vai ligar Inocência (MS) e o porto de Santos por intermédio da Fepasa, facilitando o transporte de soja e de outros produtos da região.

Inocência, onde fica o primeiro terminal graneleiro instalado pela Ferronorte, receberá os caminhões de soja para o transporte até Santos, tirando cerca de 40 mil viagens de carretas das rodovias paulistas.

A economia prevista por ano é de R\$ 160 milhões em redução de frete e de R\$ 20 milhões com diesel. Na área de influência dos dois empreendimentos, começam a surgir pequenas fábricas de calçados, oficinas mecânicas, marcenarias e agroindústrias como fábricas de ração, frigoríficos e beneficiadoras de algodão.

A Ferronorte está avançando a uma média de 1 km por dia. A primeira etapa, de 400 km, compreende a ligação entre Aparecida do Taboado (MS) e Alto Taquari (MT). Deverá fazer a interligação do sistema de transporte hidroviário da região amazônica aos sistemas ferroviário e hidroviário da região Sudeste.

A construção da ponte rodoferroviária, a maior ponte do mundo no gênero, com 2.600 km de extensão, foi viabilizada mediante uma parceria entre o Governo Federal e o Governo do Estado de São Paulo.

Investimento: R\$ 1,3 bilhão do Orçamento Geral da União, do Governo do Estado de São Paulo e de empresas privadas.

- **Porto de Suape**

O objetivo da inserção do porto de Suape no Programa Brasil em Ação é criar infra-estrutura necessária para a atração de investimentos privados nas áreas industriais e portuárias até 1999, propiciando o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Pernambuco.

O complexo Suape tem uma área de 135 Km². A primeira etapa da construção do porto interno é o principal instrumento para atrair os investimentos privados para o complexo industrial. Transformará Suape no principal porto concentrador de cargas da região Nordeste, contribuindo para a redução dos fretes brutos marítimos, decorrente do transporte de grandes volumes de carga.

O porto pretende ser um dos dois "chub ports" (concentrador de carga) do País (o outro seria Sepetiba no Rio de Janeiro) e as obras da primeira etapa do porto interno permitirão o atracamento de navios porta-contêineres e graneleiros de grande porte.

O resultado da expansão, já iniciada, de Suape começa a aparecer. Estão implantadas ou em implantação 46 empresas na zona industrial do complexo portuário, com investimentos de cerca de R\$ 500 milhões. Além de investimentos na área industrial há expectativa de novos investimentos como a instalação de termelétrica, uma siderúrgica, um terminal de contêineres e um terminal de grãos.

Participam do empreendimento o Ministério dos Transportes, por meio da Companhia Docas do Estado de Pernambuco, e Suape Complexo Industrial Portuário, empresa vinculada ao Estado de Pernambuco.

Investimento: R\$ 172 milhões, oriundos do Orçamento Geral da União e Governo do Estado de Pernambuco.

- **Porto de Pecém**

O porto de Pecém foi concebido para se tornar uma alternativa ao porto de Mucuripe em Fortaleza, que, em vista da profundidade pequena e pelo fato de estar localizado numa área de alta densidade populacional, oferece grandes riscos para operações de grande porte. Teve sua construção iniciada em maio de 1996 e fica localizado no município de São Gonçalo do Amarante, a 50 km de Fortaleza. Tem influência direta em 20 municípios da região.

Nas obras do porto trabalham 1.300 pessoas e isto já modificou a economia da região, que só vivia da pesca. Pousadas foram ampliadas e novos restaurantes foram construídos para atender ao movimento crescente.

Os principais empreendimentos que se instalarão inicialmente no complexo de Pecém serão uma usina siderúrgica; um pólo metal-mecânico atraído pela siderúrgica, que propiciará a instalação de fábricas de linha branca, estruturas metálicas ou peças mecânicas, inclusive para a indústria automobilística; centro de tancagem e distribuição de derivados de petróleo.

Participam do empreendimento o Ministério dos Transportes e o Governo do Estado do Ceará.

Investimento: R\$ 220 milhões do Orçamento Geral da União e do Governo do Estado do Ceará.

- **Modernização do Porto de Sepetiba**

A modernização do porto de Sepetiba significa atração de investimentos para o País. Vai proporcionar um aumento da capacidade operacional e a movimentação de um volume anual de cargas próximo a 30 milhões de toneladas, 10 vezes o volume movimentado atualmente. Permitirá também a recepção de embarque de cerca de 400 mil contêineres, aproximadamente um quarto do total brasileiro, hoje em torno de 1,6 milhão.

A primeira etapa do projeto teve sua conclusão antecipada em 4 meses e foi inaugurada em junho de 1998. Nessa primeira etapa foram investidos R\$ 306 milhões que irão alavancar a médio prazo investimentos privados complementares na área de influência do porto estimados em R\$ 1,5 bilhão.

Sepeitiba será o primeiro grande porto concentrador de cargas do Atlântico Sul. Sua posição geográfica é estratégica para o transporte internacional de cargas. Funcionará como redistribuidor de produtos da Ásia e de outros lugares para os países do Mercosul, América Central e Estados Unidos.

Participa do empreendimento o Ministério dos Transportes, por meio da Companhia Docas do Rio de Janeiro.

Investimento: R\$ 351,4 milhões provenientes do Orçamento Geral da União e financiamento do BNDES e de empresas privadas.

- **Modernização do Porto de Santos**

O projeto de modernização do porto de Santos tem como objetivo transferir a operação do porto para a iniciativa privada, permanecendo o poder público como autoridade portuária, encarregada de regular e fiscalizar.

Além disso, prevê também o investimento na expansão do porto, com a ampliação física e operacional dos terminais especializados de contêineres, fertilizantes e grãos. O porto de Santos será capaz de movimentar 60 milhões de toneladas de carga geral por ano, quase o dobro do volume atual.

Participa do empreendimento o Ministério dos Transportes, por meio da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp).

Investimento: R\$ 1,958 milhão do Orçamento Geral da União, da Codesp e de recursos externos (OECE – Overseas Economic Corporation Fund, do Japão).

- **Hidrovia do Madeira**

A hidrovia do Madeira já está em operação desde abril de 1997. Todos os serviços de sinalização e balizamento foram finalizados. A conclusão do empreendimento está prevista para dezembro deste ano. O rio Madeira estará, então, navegável durante o ano inteiro, inclusive à noite, ao longo de 1.056 km, entre Porto Velho (RO) e Itacoatiara, no rio Amazonas, um pouco abaixo de Manaus.

Com a implantação da hidrovia do Madeira, a produção de soja da chapada dos Parecis, no Mato Grosso, por exemplo, não precisa mais ser transportada por rodovia até o porto de Santos. Passa a ser embarcada em grandes navios no porto de Itacoatiara rumo aos portos da Europa e da América do Norte. E os Estados de Mato Grosso, Acre, Rondônia e Amazonas poderão explorar integralmente seu potencial agrícola, que é de 20 milhões de hectares de produção ou 60 milhões de toneladas de soja.

O frete foi reduzido em 50% com a hidrovia do Madeira. Somado ao aumento da capacidade de transporte de grãos, dá uma contribuição para que o preço final do produto caia, tanto para o consumo interno quanto para exportação.

Esse empreendimento contribui decisivamente para o desenvolvimento social e econômico da região amazônica. Ao utilizar-se do canal natural do rio Madeira, não provoca nenhum impacto negativo ao meio ambiente. As obras são realizadas com licença dos órgãos de defesa ambiental.

O empreendimento está a cargo do Ministério dos Transportes.

Investimento: R\$ 24 milhões do Orçamento Geral da União e parceiros privados.

- **Hidrovia do São Francisco**

A hidrovia do São Francisco é uma via de transporte tradicional do Nordeste. O objetivo desse empreendimento é tornar navegável 24 horas por dia, mesmo no período da seca, o trecho entre Pirapora (MG), Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), com extensão de 1.371 km.

Para ampliar a capacidade de transporte e oferecer segurança ao tráfego de embarcações, estão sendo realizadas obras de dragagem e retirada de pedras do leito do rio. A sinalização e o balizamento já foram realizados. A previsão é de que o empreendimento esteja concluído em dezembro deste ano.

O volume atual de cargas transportadas já aumentou de 170 mil toneladas para cerca de 2 milhões de toneladas/ano. A expectativa é de que alcance 8 milhões de toneladas/ano após a conclusão das obras. A hidrovía do São Francisco faz conexão com a região do cerrado, onde o plantio da soja está em franca expansão, e com o Sudeste industrializado. Desta forma, pode escoar a produção de soja pelos portos do Nordeste, ligados a Juazeiro/Petrolina por rodovia e ferrovia, e pode abastecer o mercado consumidor nordestino.

Com a implantação da hidrovía do São Francisco, novos pólos industriais e agroindustriais podem se desenvolver ao longo do rio, juntamente com o turismo. A região, que possui a maior área irrigada para plantio de frutas e vegetais - Juazeiro e Petrolina - fica na área de abrangência da hidrovía e dela se serve. Um novo cais está sendo construído em Juazeiro.

O empreendimento é de responsabilidade do Ministério dos Transportes.

Investimento: R\$ 11 milhões do Orçamento Geral da União, da Valec e do Governo do Estado do Pará.

- **Hidrovía Araguaia-Tocantins**

O projeto da hidrovía Araguaia-Tocantins consiste em implantar um corredor misto de transporte, ligando o Planalto Central ao porto de Itaqui, em São Luís (MA). São obras de dragagem, balizamento e retirada de pedras do leito dos rios Tocantins, Araguaia e das Mortes, associadas à pavimentação de 155 km da BR-153, entre São Geraldo e Marabá (PA) e à construção de um trecho de 120 km da ferrovia Norte-Sul, entre Imperatriz e Estreito (MA).

A sinalização e o balizamento já foram concluídos. A dragagem e a retirada de pedras do leito dos rios estão em andamento. Já foram implementados mais da metade do trecho da ferrovia Norte-Sul e cerca de 40% das obras de pavimentação da BR-153. A previsão de conclusão do empreendimento é para dezembro de 1998.

Esse empreendimento viabiliza a conexão dos rios com as ferrovias Norte-Sul e de Carajás. Após a implantação, permitirá a movimentação de 11 milhões de toneladas de cargas por ano. O frete será reduzido em 30%. Com isso, haverá uma redução no preço final e um aumento de competitividade dos produtos agrícolas do Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Pará, Maranhão, oeste do Piauí e da Bahia no mercado mundial.

Uma extensa área do cerrado brasileiro será beneficiada com ocupação econômica e social, com a criação de pólos de turismo e agroindustriais e com a geração de novos empregos.

O empreendimento está a cargo do Ministério dos Transportes.

Investimento: R\$ 222,4 milhões do Orçamento Geral da União.

- **Conclusão da Hidrovía Tietê/Paraná**

Hidrovía de importância internacional, a Tietê/Paraná trará benefícios aos produtos nacionais para sua colocação no mercado externo, especialmente no Mercosul os produtos nacionais com melhores condições de competitividade, em função da redução que será provocada no custo do transporte - cerca de 40%.

O empreendimento tem como objetivo a navegação sem interrupção e com segurança desde São Simão (GO), no rio Paraná, e Conchas (SP), no rio Tietê, até Itaipu, no Paraná. Sua conclusão está prevista para dezembro de 1998. Irá beneficiar os Estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Paraná e São Paulo.

Com a inauguração da eclusa de Jupia, em janeiro deste ano, a interligação dos rios Tietê e Paraná ficou completa. A eclusa funciona como um elevador para navios e, com isso, mais 700 km foram acrescentados à extensão navegável da hidrovía, o que permite a ligação entre o oeste paulista e o reservatório de Itaipu. Após Itaipu, o transporte de cargas pode ser feito por rodovia, por exemplo, até Buenos Aires, na Argentina. No sentido inverso, permitirá a baixo custo, também, o transporte de mercadorias do Mercosul para o porto de Santos.

Em pleno funcionamento, essa hidrovía terá 2.400 km navegáveis. Cerca de 63 pólos de desenvolvimento - 17 turísticos, 25 industriais e 21 de insumos agrícolas - serão criados na área de influência da hidrovía Tietê/Paraná, o que atrairá mais investimentos para a região. Estudos realizados estimam que a iniciativa privada deverá investir, nos próximos 15 anos, cerca de US\$ 8 bilhões, gerando aproximadamente 900 mil empregos, em turismo, navegação, indústria e agricultura irrigada na área de influência da hidrovía.

Participam do empreendimento o Ministério dos Transportes e o Governo do Estado de São Paulo, por meio da CESP.

Investimento: R\$ 60 milhões do Orçamento Geral da União e do Governo do Estado de São Paulo.

[Publicações](#)

[Sumário](#)

[Energia](#)

Programa Brasil em Ação

Dois Anos

ENERGIA

- **Gás Natural de Urucu**

O projeto do Gás Natural de Urucu tem o objetivo de ofertar energia elétrica à região amazônica produzindo, a custo competitivo, cerca de 6 milhões de m³/dia de gás natural nos campos de Urucu, Bacia do Solimões (AM), a segunda maior reserva de gás natural do Brasil. Em sua fase de implantação deve gerar 3.500 empregos diretos e indiretos.

O projeto, que prevê a participação majoritária de investidores privados, compreende o transporte de gás de Urucu por gasodutos até Porto Velho (RO) e Manaus (AM), numa extensão de 700 km; a adaptação de usinas termelétricas existentes e a construção da linha de transmissão Porto Velho-Rio Branco, com 500 km. Calcula-se uma economia de R\$ 200 milhões por ano, uma vez que a geração ficará em torno de US\$ 40/Mwh, enquanto o custo médio atual da energia na região é de US\$ 100/Mwh.

A energia limpa e barata gerada pelo projeto proporcionará mais desenvolvimento e qualidade de vida em função do suprimento de energia elétrica às principais cidades da região.

Além dos benefícios econômicos, o projeto de Urucu auxilia as organizações locais, públicas e privadas, em ações de educação e saúde para as populações ribeirinhas, com ensino de regras básicas de higiene e promovendo vacinação contra malária e febre amarela. Em Coari, município da região do projeto, com cerca de 70 mil habitantes, já foram formados 25 professores da rede urbana em educação ambiental.

Os agentes executores do projeto do Gás Natural de Urucu são o Ministério das Minas e Energia, por meio da Petrobrás, Eletrobrás e Eletronorte, Governo do Estado do Amazonas e do BNDES.

Investimento: R\$ 1,6 bilhão da Petrobrás, Gaspetro, Eletrobrás, Eletronorte, BNDES, Cigás e da iniciativa privada.

- **Linha de Transmissão de Tucuruí**

Suprir a região oeste do Estado do Pará de energia elétrica confiável e de baixo custo é o objetivo da Linha de Transmissão de Tucuruí. Serão 829 torres montadas ao longo de 1.007 km, sendo 662 interligando Tucuruí—Altamira—Rurópolis e 345 km ligando Rurópolis—Santarém—Itaituba.

Com investimentos de R\$ 88,6 milhões, o Governo Federal conseguiu antecipar a meta e concluiu em junho de 1998 a primeira etapa do Tramo-Oeste, a linha de transmissão entre Tucuruí e Altamira, um trecho de 325 km.

Com esta inauguração, a cidade de Altamira (PA) vai poder aposentar os velhos geradores, com economia de R\$ 16 milhões/ano, e passa a receber energia farta e permanente, o principal anseio da região.

Serão beneficiadas mais de 850 mil habitantes, inclusive várias pequenas localidades ao longo do Linhão, tais como Pacajá, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu, Brasil Novo, Medicilândia e Uruará. A energia vai permitir a verticalização da pecuária e da produção agrícola, atraindo agroindústrias.

Além disso, a saúde da população será beneficiada, uma vez que, com o fornecimento de energia permanente, os hospitais poderão contar com Unidade de Terapia Intensiva, inexistente na região devido à energia intermitente que causava ainda grande perda de material cirúrgico, remédios, vacinas e sangue.

O sistema completo compreende seis subestações em Tucuruí, Altamira, Transamazônica, Rurópolis, Itaituba, Tapajós (Santarém) e Campo Verde.

Participam do empreendimento o Ministério de Minas e Energia, por meio da Eletronorte, e o Governo do Estado do Pará, por intermédio da Celpa – Centrais Elétricas do Pará.

Investimento: R\$ 236 milhões oriundos da Eletronorte e contrapartida do Governo do Estado do Pará.

- **Conclusão de Xingó**

Primeira obra concluída do Programa Brasil em Ação, em setembro de 1997, três meses antes do prazo previsto, a Usina Hidrelétrica de Xingó já possibilita um crescimento econômico de cerca de 7% ao ano na sua área de atuação, entre Alagoas e Sergipe, no rio São Francisco. Ao garantir energia para novos empreendimentos, é criado um novo pólo de desenvolvimento para o País.

Com seis unidades geradoras, totalizando 3 mil megawatts, está produzindo energia equivalente a 25% da capacidade instalada da região Nordeste e suficiente para abastecer cerca de 10 milhões de habitantes.

Xingó foi construída com as mais modernas técnicas de engenharia e com o máximo de cuidado com o meio ambiente. Para o reservatório da usina foi aproveitado o profundo *canyon* do rio e foram inundadas apenas áreas desabitadas e sem exploração agrícola, o que contribuiu para o custo de energia mais baixo do País.

Investimento: R\$ 227 milhões.

- **Sistema de Transmissão Associado a Xingó**

O Sistema de Transmissão Associado a Xingó possibilita o escoamento da energia gerada pela Usina Hidrelétrica de Xingó até os grandes centros consumidores nos Estados de Sergipe, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

A primeira linha de transmissão, entre Messias e Recife, com 180 km de extensão e em circuito simples, beneficiará o Sistema Leste da Chesf – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, atendendo a mais de 17 milhões de pessoas nos Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

A segunda linha, entre Xingó e Jardim, com 159 km, e a terceira, entre Jardim e Camaçari, com 250 km, atenderão uma população de mais de 15 milhões de habitantes.

Ao possibilitar o fornecimento de mais energia para o Nordeste, as constantes perdas de energia que a região sofre não mais acontecerão. Indústrias, comércio e população serão beneficiadas com energia permanente e mais barata.

Participa do empreendimento o Ministério de Minas e Energia, por meio da Eletrobrás e da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf).

Investimento: R\$ 230 milhões da Eletrobrás.

- **Interligação do Sistema Elétrico**

A interligação do sistema elétrico, o chamado Linhão Norte-Sul, vai permitir utilizar os excedentes de energia do Norte e Nordeste para complementar o abastecimento do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Hoje essa transferência não é possível porque não há ligação entre os sistemas elétricos dessas regiões. É como se houvesse duas ilhas sem uma ponte no meio.

O Linhão Norte-Sul terá 1.276 km de extensão, saindo de Imperatriz (MA) até Samambaia (DF). Esse empreendimento permitirá o gerenciamento racional do excedente de energia gerada e dos picos de demanda que ocorrem de maneira sazonal nas diferentes regiões do País. Isto significa que, se houver risco de faltar energia no centro-sul será possível transportar para lá os excedentes de energia da região Norte-Nordeste e vice-versa.

Participa do empreendimento o Ministério de Minas e Energia, por intermédio da Eletrobrás. Furnas e Eletronorte prestam apoio internacional.

Investimento: R\$ 738 milhões de recursos próprios da Eletrobrás e recursos externos (BID e Eximbank).

- **Gasoduto Brasil-Bolívia**

O gasoduto Brasil-Bolívia vai mudar o perfil da matriz energética brasileira. O gás natural é um combustível mais limpo que os demais, mais eficiente e uma alternativa energética para indústria e transportes. A redução dos custos operacionais fica em torno de 12% em comparação com o óleo combustível.

São 3.150 km de dutos, sendo 557 km do lado boliviano e 2.593 em solo brasileiro. Começa em Rio Grande, na

Bolívia, e tem em Corumbá, no Mato Grosso do Sul, e Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, as duas pontas do gasoduto em território brasileiro. Entre um ponto e outro, ele atravessa vastas áreas densamente industrializadas, especialmente no Estado de São Paulo.

O efeito multiplicador dos investimentos do Brasil em Ação se reflete com mais intensidade no gasoduto Brasil-Bolívia. Para o investimento global previsto de R\$ 1,5 bilhão no projeto, já foram identificados investimentos privados em andamento ou anunciados de R\$ 7 bilhões.

A expectativa de o produto estar disponível já no início do próximo ano tem levado muitas indústrias a resgatar antigos projetos. Grandes indústrias da região de Campinas (SP) já decidiram converter algumas de suas unidades de produção para utilização do gás natural como combustível.

A primeira fase foi dividida em oito trechos que, quando estiverem prontos, no final de 1998, interligarão a cidade de Rio Grande, na Bolívia, a Campinas, em São Paulo. Mais de 4 mil pessoas, vindas de todas as partes do Brasil, estão trabalhando nessa primeira fase de construção e montagem do gasoduto.

O gasoduto beneficiará 130 municípios da região e o fornecimento de gás boliviano começará pela capital paulista, com previsão para dezembro de 1998. O segundo trecho atenderá Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a partir de outubro de 1999.

O grande interesse manifestado pelo setor privado na obra resultou em acirrada competição e conseqüente redução de preços e uma melhor qualidade dos serviços prestados.

Uma vez concluído o gasoduto, a oferta de gás natural permitirá que a indústria brasileira instalada ao longo de seu eixo se torne mais competitiva e mais sintonizada com os princípios de preservação ambiental adotados no mundo inteiro.

Participam do empreendimento o Ministério das Minas e Energia, por intermédio da Petrobrás/Gaspetro em consórcio com a British Gas (Reino Unido), El Paso (EUA), BHP (Austrália), Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos – YPFB (Bolívia), Enron (EUA), Shell e Transredes.

Investimento: R\$ 1,5 bilhão da Petrobrás/Gaspetro e de recursos externos (Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Corporación Andina de Fomento (CAF), Banco Europeu de Investimentos (BEI) e Eximbank do Japão).

[Publicações](#)

[Sumário](#)

[Empreendimentos já concluídos e
com conclusão prevista para 1998](#)

PROGRAMA BRASIL EM AÇÃO

EMPREENDIMENTOS JÁ CONCLUÍDOS

- Hidrelétrica de Xingó – última turbina (setembro 1997)
- Prodetur
- ampliação do aeroporto de Fortaleza (fevereiro 1998)
- ampliação do aeroporto de São Luís (fevereiro 1998)
- construção do aeroporto de Lençóis, Bahia (junho 1998)
- Modernização do porto de Sepetiba
- inauguração da primeira fase (junho 1998)
- Conclusão da ponte rodoferroviária e primeira fase da Ferronorte (maio 1998)
- Sistema de Transmissão Associado a Xingó - Linhão Tramo-Oeste (junho 1998)

EMPREENDIMENTOS COM CONCLUSÃO PREVISTA PARA 1998

- Hidrovia do Madeira (dezembro)
- Recuperação da BR-364/163 (dezembro)
- Linha de Transmissão de Tucuruí (dezembro)
- Hidrovia do São Francisco (dezembro)
- Hidrovia Tietê-Paraná (dezembro)
- Gasoduto Brasil-Bolívia, trecho até Campinas (dezembro)
- Interligação do Sistema Elétrico (dezembro)

[Página Principal](#)

[SECOM](#)

[Publicações](#)

[Sumário](#)